

ESTADOS UNIDOS INTERFERE NO ACORDO ASIÁTICO AO AFIRMAR SER UM “DEFENSOR” DE SEUS ALIADOS

Por Guilherme Rabelo Martins (12/09/2024 - 11:10)



Delegado chinês formula acordo diplomático e delegada americana no canto superior direito

Durante o debate da ONU, no comitê das tensões do mar da China, nesta quinta-feira (12), a República Chinesa propôs um acordo para manter a soberania dos países asiáticos adjacentes à China nas atividades marítimas da região. Em contrapartida, os Estados Unidos desencorajaram as nações presentes a participar do acordo, ratificando que a China representa perigo a seus aliados.

O acordo mencionado visa, segundo o delegado chinês, preservar as atividades econômicas e militares realizadas pelos países próximos geograficamente ao Mar da China, de forma que países distantes fisicamente sejam excluídos de quaisquer tipo de negócios, envolvendo o território, ou seja, incluindo a República Americana. Além disso, o acordo proíbe explicitamente relações econômicas entre os países participantes com os Estados Unidos, passível de indenização financeira aos membros.

Em discussão na cúpula da ONU, a delegação americana contrariou o acordo diplomático, proclamando que os países membros constituirão uma dependência excessiva da China. Em defesa, o delegado chinês constatou que nenhum país dependerá economicamente de sua república e reafirmou que o Mar será devidamente controlado com as forças militares.

Posteriormente, a delegação chinesa duvidou publicamente da capacidade intelectual das representantes estadunidenses, fomentando diretamente o aumento das tensões entre as nações. Com relação a outros países, Filipinas, Japão e Vietnã, países que, inicialmente, seriam peças fundamentais do acordo, discordaram de cessar relações comerciais com os Estados Unidos. Paralelamente,

a Indonésia, Tailândia e Myanmar se pronunciaram publicamente a favor da emenda.

Ademais, nossa equipe jornalística analisa como o acordo que, a princípio, aparentava-se unânime, ao longo do debate se tornou fragmentado, contribuindo negativamente para as relações internacionais. Posteriormente, a China ainda respondeu o questionamento da República Tailandesa a respeito das bases militares nas ilhas artificiais, localizadas no território da Indonésia. Somado a isso, o delegado justificou o questionamento, afirmando que as bases têm a finalidade somente para testes militares. Nesse contexto, o delegado da Filipinas ressaltou que a construção de ilhas artificiais é destrutiva para o ecossistema marítimo.

Ao lado da China, o representante de Myanmar defendeu o país: “As bases militares têm a finalidade de preservar a soberania chinesa e das nações aliadas de países como o seu, que já conduziram conflitos contra os chineses.” Acerca disso, percebe-se uma coalizão com a República Popular Chinesa, visto que o país depende, indiscutivelmente, das relações comerciais, bem como da aliança militar em virtude da proximidade geográfica.

Mais uma vez o antagonismo entre a China e os Estados Unidos é confirmado, analisando os conflitos de interesse na elaboração do acordo em voga. O fenômeno é popularmente conhecido como “a nova guerra fria” e consiste na disputa tecnológica e de influência econômica entre as duas potências.